



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### ATA

### Reunião de encerramento de Correição e Audiência Pública

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

**Zona Eleitoral:** 61ª

**Municípios abrangidos:** ARAPONGAS e SABÁUDIA

**Realização dos trabalhos:** 27 de março de 2019, pela equipe da Corregedoria: Antônio Marcos Rebelo (SINC), Cleber Jose Ferreira Silva (CRECAJ), Fabio Henrique Borges da Silva (SDP).

**Data / Local da Reunião:** 27 de março de 2019, reunião de encerramento às 17h, no Fórum Eleitoral de Arapongas

**Participantes:**

DES. TITO CAMPOS DE PAULA - Corregedor Regional Eleitoral

DR. AMARILDO CLEMENTINO SOARES – Juiz Eleitoral

MÔNICA MIRANDA GAMA MONTEIRO - Secretária da Corregedoria Regional Eleitoral

Antônio Marcos Rebelo – Servidor CRE

Cleber Jose Ferreira Silva – Servidor CRE

Fabio Henrique Borges da Silva – Servidor CRE

ALEX CARLOS CORREA PETRUCI - Chefe de Cartório

JOÃO PAULO TATIBANA - Servidor

MARIANGELA DE SOUZA MELO - Servidora

SIMONE BARROS DO AMARAL - Servidora

LORICE SUYAPA MELLO MUNOZ – Estagiária

JULIANA DESIREE MARQUES – Servidora requisitada

NATALIA RAGUSA ROCHA CORTEZ - Servidora requisitada

#### 2. ATA DO ENCERRAMENTO DE CORREIÇÃO E AUDIÊNCIA PÚBLICA

**TEMAS TRATADOS:**

Em data, hora e local, acima referidos, em cumprimento à Portaria nº 1/2019-CRE/PR, que determinou a realização de correição extraordinária na Zona Eleitoral já nominada, realizou-se reunião de encerramento dos trabalhos de correição, presidida pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor Regional Eleitoral,



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ATA

2

Desembargador Tito Campos de Paula, com os presentes supra mencionados. O Senhor Corregedor discorreu sobre a finalidade da correição que é primordialmente a de orientação (*instruir para não punir*) e, quando constatados eventuais equívocos, a de propor medidas educativas e preventivas, destacando a importância do contato pessoal do Corregedor com os Juízes Eleitorais e servidores, como meio de colher eventuais sugestões e críticas voltadas ao aperfeiçoamento dos serviços eleitorais, da sua qualidade e transparência, além de promover a união de esforços com foco na resolução de problemas que se apresentem. Enfatizou a necessidade de se buscar mesários voluntários para atuarem nas eleições, considerando o estímulo da isenção de taxa de concurso público, aprovada em lei estadual, notadamente entre os jovens e os universitários, e relatou a política da gestão do TRE para 2019, tais como: **[ 1 ]** Liberdade com responsabilidade, como forma de atuação dos servidores, de modo a se evitar reclamações e suas consequências; **[ 2 ]** humanização das relações interpessoais e sobre a importância de cultivá-la entre Juiz e Servidores, a fim de promover a confiança nas relações e valorização das pessoas, estimulando a cooperação e o bom desenvolvimento do trabalho em equipe. Nesse ponto, citou resolução recentemente aprovada no TRE que busca a valorização do servidor que se aposenta; **[ 3 ]** a desburocratização, citando como exemplo o uso do whatsapp em projeto piloto em duas zonas eleitorais: uma de Campo Largo e outra de Londrina; **[ 4 ]** a valorização do exercício da cidadania, principalmente entre os jovens, como meta para a Justiça Eleitoral, relacionando-o ao exercício da soberania, da qual nasce o direito ao voto direto, secreto e universal. Citou os projetos de cidadania da Escola Judiciária Eleitoral, Parlamento Jovem, Eleitor do Futuro e Segurança do Processo Eleitoral, como incentivo ao exercício da cidadania, a cujas iniciativas pediu apoio aos Juízes e servidores presentes. Passou a palavra à Secretária, Mônica Miranda Gama Monteiro, a qual enfatizou que os trabalhos de verificação dos serviços nas zonas acima nominadas realizaram-se com fundamento em roteiro previamente estabelecido, cujo relatório será oportunamente encaminhado ao Juiz Eleitoral. Mencionou que a correição, como etapa da atuação fiscalizatória da Corregedoria possui viés eminentemente preventivo, dissociado do papel punitivo, pelo qual são tradicionalmente reconhecidas as corregedorias, e tem por fim aperfeiçoar os processos de trabalho. Pontuou as incidências mais



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
ATA

3

ocorrentes em correições, respectivamente sobre as atividades processuais e as do cadastro eleitoral, dando destaque a essas últimas, tendo em vista seu impacto na quitação eleitoral e em outros sistemas da Justiça Eleitoral, e de se promover com zelo o andamento processual de modo a evitar a paralisação de processos, evitando-se a inversão em ritos processuais e a duplicidade de intimações. Destacou também a importância do comparecimento do Juiz Eleitoral no Cartório para acompanhamento das atividades e de propiciar convívio e gerar relação de confiança entre magistrado e servidores, visando à integração da equipe, principalmente com vistas ao melhor desenvolvimento dos trabalhos no período eleitoral. Noticiou, ainda, a implementação do PJE nas Zonas Eleitorais até novembro próximo.

**RELATOS, CRÍTICAS E SUGESTÕES APRESENTADOS PELOS PRESENTES:**

Ao final, o Dr. Amarildo Clementino Soares elogiou toda a equipe da 61ª Zona Eleitoral e questionou sobre o registro da extinção da punibilidade para efeito de restabelecimento dos direitos políticos, notadamente quando não há informação sobre a quitação da pena de multa, questão que foi esclarecida pelo Desembargador Tito, que citou recente visita à Corregedoria-Geral de Justiça em busca de aprimoramento das comunicações feitas pelas Varas Criminais à Justiça Eleitoral, destacando que a Justiça Eleitoral deve se ater à informação da Justiça Criminal, sem maiores questionamentos. **ENCERRAMENTO REUNIÃO:**

Por fim, informou-se que os relatórios serão oportunamente encaminhados para a pertinente e devida regularização dos pontos indicados, tendo o Senhor Corregedor se colocado, assim como toda a equipe, à disposição dos Juízes e dos servidores, e encerrado a reunião.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA:** Na sequência, os presentes já nominados se encaminharam para a Audiência Pública, convocada com a **finalidade** de colher sugestões e críticas dos jurisdicionados dos municípios indicados acima (**EDITAL ANEXO**), notadamente dos representantes dos partidos políticos e das autoridades locais, convidados nominalmente, **com vistas ao aprimoramento dos processos eleitorais e do atendimento à sociedade (eleitores, partidos políticos, candidatos e advogados)**, juntando-se aos então presentes: o Promotor Eleitoral, Dr. Rogério Barco de Toledo, o representante da OAB, Dr Luis Gustavo Liberato Tizzo, representantes de partidos políticos e diversos diretores de escolas estaduais, segundo **LISTA DE PRESENÇA ANEXA**.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ATA

4

A audiência pública foi presidida pelo Corregedor Regional, Desembargador Tito Campos de Paula, e pelo Juiz da 61ª Zona Eleitoral, Dr. Amarildo Clementino Soares. Após as apresentações iniciais e os cumprimentos aos presentes, o Corregedor relatou sobre a estrutura orgânica do TRE e ressaltou o objetivo da audiência pública, no sentido de colher críticas e sugestões para contribuir para o melhor funcionamento da Justiça Eleitoral, criando proximidade com a sociedade. Destacou que os trabalhos a serem realizados neste ano de 2019 são relevantes, na medida em que é o ano de preparação das eleições de 2020, as quais, por serem municipais, detêm carga maior de complexidade ante o número de municípios e de candidatos envolvidos. Teceu comentários sobre o Projeto Biometria, que será finalizado neste ano no Estado do Paraná, com o recadastramento biométrico de aproximadamente 800 mil eleitores, em torno de 10% do eleitorado do Estado, e sobre a excelente infra-estrutura física da Justiça Eleitoral do Paraná em fóruns eleitorais e agora com a usina fotovoltaica, que será inaugurada neste primeiro semestre, e que vencida essa etapa, a Justiça Eleitoral deve se preocupar com o apoio a projetos voltados à consciência dos valores da democracia e sobre como podemos melhorar nosso país com o exercício consciente do 'poder' do voto. Falou da importância do incentivo à participação dos jovens com idade entre 16 e 18 anos no processo eleitoral, estimados em aproximadamente 800 mil, além da divulgação dos projetos da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná (EJE-PR) voltados à cidadania e que buscam proximidade com a sociedade baseada nos valores da democracia, tais como "Eleitor do Futuro", "Parlamento Jovem" e "Segurança do Processo Eletrônico". Foi aberta a palavra a todos os presentes, cujos relatos, críticas e sugestões seguem descritos em tópico abaixo.

### **RELATOS, CRÍTICAS E SUGESTÕES APRESENTADOS NA AUDIÊNCIA PÚBLICA:**

**1 - Valdirene de Moraes – do Núcleo Regional de Apucarana**, que abrange 16 municípios, apresentou pedido, em nome dos diretores de escolas estaduais, de que seja revista pela Justiça Eleitoral a nomeação de professores como mesários, ainda que estes se apresentem em caráter voluntário, haja vista que, diante da quantidade nomeada, chegando em algumas escolas a 70% do efetivo, muitos alunos ficam sem aulas em razão das folgas dadas aos professores por dia de treinamento e de trabalho nas eleições. Criticou o fornecimento de declaração de dispensa de 2 dias do professor por ter feito



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ATA

5

treinamento presencial e mais 2 dias relativos à presença em treinamento *on line*, além dos 2 dias relativos ao dia da eleição, por turno de eleição, sendo que em 2 turnos pode chegar a 8 dias de dispensa, o que cria muitas dificuldades na administração da escola. O pedido foi reforçado por diversos diretores que se fizeram presentes. O Juiz Eleitoral, Dr. Amarildo, sugeriu que os diretores de escolas encaminhem ao cartório eleitoral os nomes dos professores nomeados, por escola, a fim de se buscar um equilíbrio nessas nomeações, de modo que a Justiça Eleitoral possa realizar seu mister, sem, contudo, inviabilizar o funcionamento das escolas. Ficou de transmitir isso ao Juiz ou Juíza que o suceder nas funções eleitorais em Arapongas, e que deverá presidir as próximas eleições. De outra parte, o Senhor Corregedor deliberou enviar ofício-circular instruindo os cartórios, nas nomeações de mesários, para que atentem à convocação de mesários de determinado colégio, de forma a compatibilizar, na medida do possível, a realização da eleição com o funcionamento dos colégios. De outro lado, deliberou encaminhar as sugestões/críticas/elogios apresentados à apreciação das esferas competentes para as providências, haja vista o contido no art. 22 e parágrafo único da Resolução-TSE nº 23.554.2017.

**2 - Houve, ainda, o pedido de serem enviadas urnas eletrônicas aos colégios** para eleição de Diretor, entre outras que costuma haver. O Dr. Amarildo solicitou que o Núcleo Regional de Ensino envie pessoas para aprenderem sobre a segurança do processo eletrônico, como multiplicadores e a fim de conferir transparência ao processo de votação eletrônica. Foi deliberado que o Núcleo deverá solicitar formalmente à Zona Eleitoral a cessão dessas urnas, e que será oportunamente instruído sobre os procedimentos.

**3- A servidora requisitada, Juliana Desirée,** sugeriu, com vistas à nomeação de mesários, que **sejam divulgados** os convênios com instituições de ensino, para **contagem do trabalho de mesário como hora-atividade nas universidades, bem como sobre a isenção em taxas de concurso público** para aqueles os que são nomeados nessa função. O Desembargador Tito deliberou seja oficiado aos cartórios e à Comunicação Social para essa divulgação.

**ENCERRAMENTO:** Na sequência, o Senhor Corregedor agradecendo a presença de todos, colocou-se assim como toda a equipe à disposição e encerrou a audiência pública. Eu, \_\_\_\_\_ (Mônica Miranda Gama Monteiro), Secretária da Corregedoria Regional Eleitoral, lavrei a presente ata,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
ATA

6

que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor Regional Eleitoral, Desembargador Tito Campos de Paula.

**Desembargador TITO CAMPOS DE PAULA**  
Corregedor Regional Eleitoral